

O nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento

CELSO FURTADO*

É da maior importância que as Universidades do Nordeste mobilizem os meios de que dispõem para encontrar solução aos graves problemas que afligem a região. Tenho seguido com interesse o debate, aberto nos centros universitários nordestinos, sobre os aspectos estruturais e conjunturais da crise atual e sobre as perspectivas, pouco encorajadoras, que se apresentam à região num futuro previsível.

Já não se trata, como era corrente no passado, de conciliábulos a que tinham acesso apenas alguns iniciados. Hoje a problemática da crise é tema de discussão nas praças públicas, e não apenas nas grandes cidades. Contudo, somente as Universidades dispõem de meios para dar profundidade e continuidade ao estudo dos complexos problemas da região. E também para levar ao conhecimento da opinião pública informações valiosas que, com frequência, os centros de poder mantêm fora de toda visibilidade.

Sobre alguns pontos do amplo debate em curso parece haver convergência de opiniões. Por exemplo. Creio que estamos todos de acordo em que se avançou consideravelmente no conhecimento da região, de suas possibilidades e limitações. No campo da pedologia como no da hidrologia dispomos de um número apreciável de monografias de elevado padrão técnico, que são a base dos avanços significativos alcançados no conhecimento da ecologia regional. As estruturas agrárias foram mapeadas, o que nos permite ter uma



* Da Universidade de Paris I – Sorbonne.

idéia relativamente acurada da morfologia das explorações rurais e do tecido de relações sociais subjacentes ao sistema de produção e apropriação da renda agrícola.

Também dispomos de uma visão mais fiável do ciclo hídrico em que se inserem as estiagens intermitentes. Um melhor conhecimento dos recursos de água de superfície e subterrânea e das características físicas e químicas dos solos nos dá uma idéia dos limites e das peculiaridades das áreas de irrigação economicamente viável. Grandes também foram os avanços no conhecimento da forma como se distribui a renda e da configuração da demanda daí resultante.

Em síntese, à diferença do que ocorria há um quarto de século, quando preparamos o trabalho técnico que conduziu à criação da SUDENE, hoje dispomos de um razoável conhecimento da base física e das estruturas econômicas e sociais do nosso Nordeste.

Um segundo ponto sobre o qual também me parece existir certo consenso, pelo menos entre os estudiosos com mais autoridade no trato desses problemas, diz respeito à não-correspondência entre crescimento econômico e desenvolvimento na evolução recente da região. É mesmo corrente que se afirme ser o Nordeste dos anos 60 e 70 um caso exemplar daquilo que hoje se chama mau-desenvolvimento. Com efeito, poucas regiões do Terceiro Mundo terão alcançado, num período continuado de dois decênios, uma taxa de crescimento tão elevada, ou terão conhecido um processo de industrialização tão intenso. A participação do investimento no produto interno alcançou níveis poucas vezes iguados no mundo subdesenvolvido, traduzindo um considerável esforço de acumulação.

Ora, se é verdade que houve melhora considerável da infra-estrutura física, particularmente nos setores de transportes e energia, não é menos evidente que os salários reais da grande massa da população em nada refletiu esse crescimento econômico, e que a grande maioria da população rural pouco ou nada dele se beneficiou. É verdade que a classe média, antes raquítica na região, passou a ocupar um espaço importante. Em compensação, a taxa de subemprego invisível (pessoas ganhando até um salário mínimo na ocupação principal) se mantinha em 80 por cento em 1979. A emergência de uma classe média afluyente, em meio à pobreza absoluta da maioria da população, é a evidência maior do malogro da política de desenvolvimento seguida na região.

O terceiro ponto em torno do qual também convergem opiniões, ainda que nem sempre de forma explícita, refere-se ao fato de que a crise em que submergiu todo o país tem múltiplas e complexas causas, mas quiçá nenhuma seja de tanto peso como a situação de desgoverno que prevalece entre nós há alguns anos. Sobre este ponto não me estenderei, mas considero da maior importância que o tenhamos em conta, pois, enquanto o país permanecer prostrado e exangue, a margem de manobra para atuar no Nordeste será necessariamente reduzida.

A recessão que se abate atualmente sobre o Brasil, por obra de seus próprios governantes, tem como alavanca mestra um corte brutal nos investimentos públicos, donde resulta que as regiões mais dependentes de aplicações de recursos do governo federal são particularmente sacrificadas. Se continua a prevalecer o ponto de vista dos recessionistas — daqueles que colocam os interesses dos bancos nossos credores acima de quaisquer

outras considerações na formulação de nossa política econômica — teremos de nos preparar, no Nordeste, para um prolongado período de retrocesso econômico, o que conduzirá ao desmantelamento de boa parte do que se construiu no último quarto de século. Não me cabe fazer nenhuma previsão sobre as formas que assumirão esse retrocesso econômico e suas projeções no plano social e político. Limito-me a expressar a opinião de que nós, nordestinos, devemos nos unir para combater essa política com todos os meios a nosso alcance.

Condenar uma região em que dois terços da população vivem ao nível da pobreza absoluta a anos de retrocesso, a destruir os instrumentos de trabalho nos setores mais modernos de sua economia, a paralisar obras essenciais para que o Brasil cumpra metas de ajustamento da balança de pagamentos impostas por banqueiros que se beneficiam de elevações exorbitantes das taxas de juros, escapa a qualquer racionalidade e constitui um crime contra o povo.

O Nordeste é, tradicionalmente, uma região com amplo excedente em suas relações comerciais com o exterior. Ainda em 1979 esse excedente correspondeu a 44 por cento das exportações internacionais da região. E também se auto-abastece no que respeita a fontes primárias de energia. Portanto, a região tem o direito de exigir que a política de reajustamento da balança de pagamentos tenha na devida conta os interesses vitais. Um dos objetivos da criação da SUDENE foi exatamente capacitar o Nordeste para participar eficazmente dos centros formuladores da política econômica e financeira do país. Essa a razão por que o seu superintendente era membro de pleno direito, em meu tempo, daquilo que hoje se chama o Conselho Monetário Nacional.

O primeiro passo para repensar o Nordeste, hoje, é repensar o Brasil tendo em conta a situação angustiante em que se encontra a região. Compreendo que os banqueiros defendam seus interesses, se bem que a ninguém escapa a imoralidade que existe em extorquir juros quatro vezes mais altos do que aqueles que prevaleciam nos contratos originais. O que não compreendo é que nós mesmos não defendamos com o mesmo empenho o direito que tem o povo de sobreviver. Essa perplexidade existe hoje em todo mundo, quando nas televisões se exibem cenas que expõem o desespero de milhões de nossos conterrâneos privados do essencial.

Se conseguimos, no plano nacional, satisfazer essa condição básica, que é a reconquista do direito de ter uma política de desenvolvimento, terá chegado a hora da verdade para todos nós. Que significa, para o Nordeste, desenvolvimento, nas circunstâncias atuais?

A experiência dos últimos vinte anos nos ensinou amplamente que, se não se atacam de frente os problemas fundamentais, o esforço de acumulação tende a reproduzir agravado o mau-desenvolvimento. E quais são os problemas fundamentais?

Há um quarto de século, no trabalho que deu origem à SUDENE, escreveríamos: “o colapso de uma produção de alimentos organizada como agricultura de subsistência assume, necessariamente, dimensões de calamidade social . . . O impacto da seca concentra-se no segmento mais frágil do sistema: a agricultura de subsistência, daí que suas repercussões sociais sejam tão profundas”. E acrescentávamos: “Tanto as medidas de curto como as de longo prazo têm contribuído para fixar na região um excedente demo-

gráfico crescente, sem modificar em nada os dados fundamentais do problema”. A recomendação que emerge dessa percepção da realidade era clara: cabia dar prioridade à transformação da economia da zona semi-árida para torná-la mais resistente ao impacto das secas. Portanto, a solução não estava apenas em injetar recursos, subsidiar investimentos, pois estes podiam repetir os erros do passado: contribuir para incrementar a densidade demográfica sem contudo aumentar a resistência das atividades produtivas à seca, particularmente no que respeita à produção de alimentos destinados à população local.

Dispor de recursos para investir está longe, portanto, de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro à massa da população nordestina. Nossa responsabilidade agora é velar para que não se repitam os mesmos erros, ou melhor, para que não se volte a adotar falsas políticas de desenvolvimento, cujos benefícios se concentram nas mãos de pequenos grupos.

No diagnóstico de há um quarto de século dizíamos claramente que era necessário abrir os olhos para a evidência de que a raiz da fragilidade da economia nordestina estava em seu setor agrário. Convinha não esquecer que a região é pobre em solos agricultáveis, comparativamente ao Centro-Sul do país. No documento referido chamava-se a atenção para o fato de que a quantidade de terra cultivada por trabalhador era, no Centro-Sul, quase o dobro da que se observava no Nordeste. Em segundo lugar estava o fato de que, historicamente, os melhores solos não produziam para dar de comer à população regional, dedicados que eram à produção de excedentes de exportação. Por último, era necessário ter em conta que a organização sócio-econômica da região semi-árida fazia incidir sobre a população mais pobre o mais duro impacto das secas periódicas. A conclusão já então parecia irrefutável: a menos que o Nordeste reconstrua todo o seu setor agrícola, capacitando-o para assegurar uma oferta adequada de alimentos, os caminhos de acesso ao desenvolvimento continuarão bloqueados. As classes médias sempre encontram uma saída abastecendo-se fora da região. Os sacrificados são os que dependem da agricultura de subsistência para alimentar-se e as massas urbanas de baixo nível de renda. A crescente dependência da importação de alimentos significava que os preços destes tendiam a elevar-se, relativamente aos padrões do Centro-Sul, com óbvias conseqüências negativas para o desenvolvimento das atividades industriais.

Esta visão da realidade explica que três das quatro diretrizes básicas da política que sugerimos em 1959 se hajam referido à necessidade de empreender a reconstrução do conjunto do setor agrícola. A estratégica proposta consistia em atacar o problema em três frentes: a zona úmida, a zona semi-árida e a fronteira agrícola na periferia subamazônica. Pareceu-nos ser esse o caminho mais curto e mais seguro para dotar a região de uma estrutura agrária capaz de viabilizar o seu desenvolvimento.

Se nos damos conta de que o desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação e de aumento de produtividade microeconômica mas principalmente uma via de acesso a formas sociais mais aptas para estimular a criatividade humana e para responder às aspirações de uma coletividade, comprovamos com facilidade que um de seus aspectos fundamentais reside na conformação que assume o setor agrário.

As estruturas agrárias dos países que lideram o processo de desenvolvimento econômico e social não são o fruto de uma evolução necessária, ou seja, não são simples resposta ou adaptação ao avanço da acumulação e das técnicas incorporadas aos instrumentos de produção. Essas estruturas são o fruto de uma opção política orientada para a formação de uma classe de agricultores aptos a assumir um papel dinâmico no processo de desenvolvimento.

A empresa agrícola apresenta diferenças fundamentais com respeito à industrial. Não somente porque em relação a ela não se aplica o conceito de economias de escala de produção, germe do processo de concentração do poder econômico. Mas, principalmente, porque sua forma de inserção ecológica estabelece limites à divisão social do trabalho, tanto no tempo como no espaço. Essa a razão pela qual a empresa agrícola predominante, nos países de agricultura mais avançada, continua a ser a familiar. Mais precisamente: tendeu a ser a familiar. Com efeito, na Europa ocidental, o predomínio da unidade familiar autônoma de exploração agrícola é fenômeno da segunda metade do século passado e principalmente do atual. Os Estados Unidos, com seu sistema de *homestead* para ocupação da fronteira, foram pioneiros na matéria. No Japão a evolução deu-se por outro caminho, com a liberação das explorações familiares, após a 2ª Guerra Mundial, das múltiplas servidões que sobre elas pesavam.

É corrente que se pense que uma reforma agrária pode constituir um avanço no plano social, mas envolve um elevado custo econômico. Essa é uma opinião equivocada. O verdadeiro objetivo da reforma agrária é liberar os agricultores para que eles se transformem em atores dinâmicos no plano econômico. Daí que as reformas agrárias, que desembocaram na coletivização generalizada das terras, hajam fracassado do ponto de vista econômico. As estruturas agrárias tradicionais engendram a passividade, razão pela qual subutilizam o potencial produtivo no mundo rural. Por outro lado, a grande empresa agrícola moderna pressupõe um alto nível de capitalização e só apresenta óbvias vantagens no plano operacional em setores circunscritos da atividade agrícola.

Um maior dinamismo dos produtores agrícolas traduz-se em uma oferta de alimentos mais elástica, o que beneficia o conjunto da população e estimula o mercado de produtos não-agrícolas ao elevar o nível de vida da população rural.

No caso brasileiro, e mais particularmente no nordestino, a estrutura agrária é o principal fator causante da extremada concentração da renda no conjunto da economia. Não tanto porque a renda seja mais concentrada no setor agrícola do que no conjunto das atividades produtivas. Mas pelo fato de que, não havendo no campo nenhuma possibilidade de melhoria das condições de vida para a massa trabalhadora, a população rural tende a se deslocar para as zonas urbanas, congestionando nestas a oferta de mão-de-obra não especializada. A sobreurbanização que se observa no Nordeste é uma das consequências nefastas de sua atual estrutura agrária.

Hoje temos uma percepção mais clara, uma consciência dramática dessa realidade. Já antes da enorme calamidade que durante cinco anos flagelou a região, mais de 90 por cento da crescente população urbana nordestina sofriam de carência alimentar. Cerca de metade dessa população padecia de graves deficiências calóricas, ou seja, uma insufi-

ciência alimentar de 400 ou mais calorias por dia. Não vou reproduzir o quadro social calamitoso que apresenta a região, em brutal contraste com o nível de renda médio já alcançado. Quero apenas dar ênfase ao fato de que esse quadro existia antes da grande seca que se iniciou em 1979 e se mantinha sem maiores alterações após 20 anos de um forte crescimento econômico, que dificilmente poderá ser igualado em futuro previsível.

Não tenho dúvida de que essa engrenagem voltará a produzir os mesmos resultados no futuro se, retomado o crescimento, não formos capazes de dotar a região de uma estrutura agrária capaz de assegurar uma melhora efetiva nas condições de vida da população rural, ou seja, orientada para a produção de alimentos de consumo geral. Quando falo de estrutura agrária refiro-me não apenas ao sistema de produção, mas também ao de comercialização e financiamento dessa produção.

O sistema atual, em que o produtor de alimentos de consumo geral — os pequenos proprietários, arrendatários e posseiros — é esmagado por uma pirâmide compacta de intermediários comerciais e financeiros, somente poderá ser modificado se esse produtor chegar a ser suficientemente forte para organizar-se em cooperativas, ter acesso direto ao crédito oficial e gerar poder de mercado. Nenhum avanço real será realizado se não se lograr elevar o nível de vida dos produtores pequenos e médios, pois somente eles têm aptidão para criar uma agricultura ecologicamente adaptada à região semi-árida e absorvedora de mão-de-obra.

Essa nova estrutura agrária deverá ser o instrumental de uma política econômica que tenha como principal objetivo dinamizar a oferta de alimentos de consumo popular. Nas condições estruturais que atualmente prevalecem, os recursos do crédito oficial tendem a favorecer a produção de excedentes utilizados fora da região, ou são absorvidos pela intermediação e canalizados para fora da agricultura. É necessário que se compreenda que as conseqüências anti-sociais da política de crédito subsidiado são um reflexo da estrutura agrária que surgiu historicamente vinculada a mercados externos. No quadro dessa estrutura, a pobreza dos que trabalham a terra transforma-se em fonte de renda dos grandes proprietários e dos intermediários. O objetivo terá de ser dotar a região de uma estrutura agrária que favoreça a elevação da renda real da massa dos agricultores e estimule estes a investir e a absorver avanços técnicos. Se não se satisfazem esses requisitos estruturais, torna-se impraticável uma verdadeira política de desenvolvimento, ou melhor, as políticas de fomento agrícola continuarão favorecendo a geração de excedentes em benefício de grupos privilegiados.

Nada é mais importante para o desenvolvimento do Nordeste do que o aumento da resistência da região aos efeitos das secas. Nunca será demais afirmar que estas são parte da realidade nordestina, como as neves perenes são parte do mundo dos esquimós. Como duvidar de que o impacto das secas seria menos negativo se a economia nordestina fosse mais bem adaptada à realidade ecológica regional, particularmente se a estrutura agrária não tornasse tão vulnerável a produção de alimentos populares? Se o rápido crescimento dos anos 60 e 70 aumentou a vulnerabilidade da região, é porque o verdadeiro problema não está na produção e sim na impropriedade das estruturas. Nada nos impede, no futuro, de aumentar consideravelmente a resistência às secas, reduzindo os efeitos

calamitosos destas no plano social, a partir de taxas mais modestas de crescimento econômico. Este é, quiçá, o maior desafio que temos pela frente.

Uma estrutura agrária apta para proporcionar uma oferta adequada de alimentos populares é condição necessária do desenvolvimento, mas não assegura por si mesma o desenvolvimento. Este pressupõe a existência disso que os economistas costumam chamar de “motor”, ou seja, um centro dinâmico capaz de impulsionar o conjunto do sistema. Na economia tradicional do Nordeste esse papel dinâmico, ainda que exercido em escala modesta, coube à demanda externa (era a época da economia primário-exportadora). No período mais recente ele coube aos investimentos infra-estruturais financiados, via de regra, a fundo perdido pelo governo federal e aos investimentos industriais, as mais das vezes subsidiados. Tanto no caso da economia primário-exportadora como no da industrialização recente, a impulsão dinâmica produziu um crescimento que pouca ou nenhuma conexão teve com a demanda interna regional, razão pela qual as transformações sociais foram praticamente inexistentes, frustrando-se o verdadeiro desenvolvimento.

Mas não podemos deixar de reconhecer que essa impulsão dinâmica é essencial, vale dizer, que não existe desenvolvimento sem acumulação e avanço técnico, se bem que a recíproca não seja verdadeira. Uma adequada estrutura agrária é pré-requisito para o desenvolvimento, mas o impulso dinâmico deste terá de vir da complexificação do sistema produtivo em seu conjunto, e isto, numa vasta região como o Nordeste, somente se torna possível mediante industrialização.

A indústria, em sentido lato, é o setor produtivo em que cresce mais rapidamente a produtividade, portanto é ela que lidera a elevação dos salários e produz o excedente que alimenta a acumulação e gera novos empregos, ainda que estes se situem em outros setores produtivos. O terciário moderno também apresenta as mesmas características, mas ele supõe o prévio desenvolvimento do setor industrial. A própria agricultura, em sua fase mais avançada, integra-se com a indústria, posto que o essencial de seus custos tende a assumir a forma de insumos produzidos pelas indústrias.

O problema crucial, num caso tão complexo como o do Nordeste, está em definir o tipo de industrialização capaz de gerar um verdadeiro desenvolvimento, pois sabemos por experiência que a tendência natural é para favorecer indústrias sem qualquer vínculo direto com o mercado regional.

Importa, de antemão, que nos entendamos sobre nossos objetivos estratégicos, os quais terão necessariamente de ser de natureza social. Se o desenvolvimento requer a elevação do nível de vida da massa da população, ele somente será alcançado se o salário médio acompanhar o crescimento da produtividade social média e se o diferencial de salários tender a reduzir-se. Uma política dinâmica de desconcentração da renda exige que seja mantido um elevado esforço de investimento e que este seja efetivamente criador de novos empregos. São, estas, idéias elementares que não é demais relembrar. O que caracteriza o desenvolvimento é o projeto social subjacente. O crescimento econômico, tal qual o conhecemos, funda-se na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização. Quando o projeto social dá prioridade à efetiva melhoria das condições de vida da maioria da população, o crescimento se metamorfoseia em desen-

volvimento. Ora, essa metamorfose não se dá espontaneamente. Ela é fruto da realização de um projeto, expressão de uma vontade política.

Se é nosso propósito lutar pelo desenvolvimento do Nordeste, uma das primeiras ilusões que teremos de abandonar é a idéia de equiparar o nível da renda do nordestino ao do habitante do Centro-Sul. Se esta última região reduz sua taxa histórica de crescimento econômico, isso repercutirá negativamente no Nordeste. A diferença nos níveis de renda que hoje existe entre as duas populações constitui o legado do longo período de desenvolvimento primário-exportador, para o qual o Nordeste era menos dotado que o Centro-Sul, e dificilmente poderá ser eliminada, pelo menos enquanto esta última região não superar o considerável atraso que a separa das economias desenvolvidas. Cabe acrescentar que não está aí o problema. Nas estatísticas internacionais o Brasil figura com um nível de desenvolvimento social visivelmente abaixo do que lhe corresponde na classificação a renda por habitante. Nada impede que, para uma mesma taxa de crescimento econômico, ou mesmo para uma taxa inferior nesta região, o Nordeste obtenha resultados mais significativos no plano social que o Centro-Sul.

Para que o processo de industrialização seja não apenas um “motor” de crescimento mas também instrumento de homogeneização social, é necessário que essa industrialização se vincule amplamente ao mercado regional. Isso não significa que não possam existir indústrias primariamente ligadas ao mercado externo à região, mas, sim, que, no seu conjunto, as atividades industriais reflitam as condições sócio-econômicas do Nordeste. Em outras palavras, é necessário que esta região se dote de um subsistema industrial capaz de autogerar o seu próprio crescimento apoiando-se na expansão da demanda interna.

Posto que o Nordeste possui uma renda por habitante que corresponde a cerca de um terço da renda da região Centro-Sul, é natural que a demanda regional tenha uma composição distinta e, *a fortiori*, que a estrutura do setor industrial reflita essa distinção. Mas, na medida em que as indústrias nordestinas tenderam a ser simples prolongamento das indústrias do Centro-Sul, a estrutura da oferta nesta última região passou a condicionar a demanda no mercado nordestino. A preponderância dos padrões de consumo da região mais rica teria de traduzir-se, na mais pobre, em maior concentração de renda e agravamento das disparidades sociais.

A menos que modifiquemos essa situação, estaremos condenados a refletir ampliadas as deformações por demais notórias da sociedade do Centro-Sul do país. Longe de contribuir para reduzir as desigualdades sociais, a industrialização continuará a reforçar a tendência estrutural do sistema para concentrar a renda e excluir a grande maioria da população dos benefícios da acumulação realizada com subsídios oficiais. Portanto, não basta modificar a estrutura agrária; também é indispensável redirecionar o processo de industrialização.

Todo esforço deve ser envidado para obter uma maior integração das indústrias no âmbito da própria região, vinculando-as progressivamente ao mercado local. Isto exige que se estabeleça um regime de reserva de mercado — um protecionismo regional — para as indústrias que se localizem na região e adotem opções tecnológicas compatíveis com

uma significativa criação de emprego. Indústrias com outra orientação tecnológica também poderão localizar-se na região, mas não há razão para que se beneficiem de estímulos oficiais. O sistema de subsídios e o de reserva de mercado deverão ser postos a serviço do desenvolvimento do mercado local, e da homogeneização social.

Do ponto de vista nacional, trata-se de aplicar uma política de industrialização que tenha em conta a dimensão continental e as peculiaridades regionais do Brasil. A unificação do mercado nacional, obtida nos anos 30, foi exigência de um certo estágio da industrialização do país. Seus efeitos negativos nas áreas com um tecido industrial mais frágil puderam, por algum tempo, ser amortecidos graças aos elevados custos dos transportes inter-regionais. A partir dos anos 50, os transportes passaram a ser amplamente subsidiados, mediante a construção de estradas a fundo perdido e a uma política de baixos preços de combustíveis. O quadro presente é distinto, pois o estágio atual da industrialização brasileira está exigindo a desconcentração territorial com vistas a economizar gastos em transportes e também de descongestionar os grandes centros industriais do Centro-Sul, onde são notórias as deseconomias criadas pelo excesso de aglomeração. É no quadro de uma política industrial orientada para a solução desses novos problemas que devemos reivindicar para o Nordeste uma maior autonomia de decisão.

São estes, no meu parecer, os dois eixos de uma política capaz de abrir para o Nordeste o caminho de um autêntico desenvolvimento. Para encetar uma luta dessa magnitude, que não terá êxito sem a participação entusiasta de toda uma geração, necessitamos dispor, no plano político, de adequados instrumentos de ação.

Em primeiro lugar, evidentemente, estão as tarefas, no plano nacional, de reconstrução do quadro constitucional e de plena legitimação do poder. Nessa fase de reinstitucionalização devemos reivindicar uma adaptação do quadro federativo à realidade atual do país, a fim de que uma região como o Nordeste possa preservar sua identidade e adquirir peso específico nas decisões que afetem as condições de vida do seu povo. À SUDENE deveriam ser restituídas suas prerrogativas originais de órgão que assessora tanto o presidente da República como o Congresso Nacional e que participa do sistema de decisões do Poder Executivo no mais alto nível. Se não dispomos de instrumentos adequados de ação política, continuaremos reduzidos ao papel de pequenos satélites numa Federação que se rege cada vez mais em função de interesses econômicos que nos escapam.

Na medida em que no Nordeste se constitua uma vontade política e que amadureça a consciência de que nossos problemas somente terão solução a partir da própria região, deixaremos de ser vistos com complacência, como dependentes incômodos ou como reserva de caça para aventureiros políticos. Então, recuperaremos o papel que já nos coube na condução dos destinos nacionais. E não será por falta de fé no futuro deste país que nós, nordestinos, deixaremos de cumprir a nossa missão na obra histórica de reconstrução que temos pela frente.

ABSTRACT

This paper reinforces some ideas, which were expressed in the past quarter of century in the document that originated the SUDENE, and analyses them accordingly to the events of last decades. The conclusions are that the main guidelines

- (1) the need of a transformation in the agrarian structure and
- (2) the priority that should be given to industrialization as a dynamic element of regional development, both continuing being valid. In relation with the industrialization process, the necessity of a wide connection between industry and local market (which gives to the industrialization the character of an instrument of social homogeneity) is highlighted.